

UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTODECLARAÇÃO DA SEXUALIDADE A PARTIR DA VISÃO DE FUTUROS PROFESSORES

Joseanne Aparecida Maramaldo Levi¹

RESUMO: Este estudo trata da visão de futuros professores a respeito da autodeclaração da sexualidade. Sabemos que as discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual geram atitudes de violência, que têm sido re/produzidas em todos os espaços da vida social brasileira, incluindo a universidade. Dessa forma, objetivamos buscar a percepção dos sujeitos participantes acerca do tema em questão. Quanto à metodologia, realizamos uma pesquisa de campo de natureza qualitativa e quantitativa, com apoio bibliográfico e documental, na cidade de São Luís, Maranhão, Brasil, nos meses de abril e maio de 2018, em uma instituição pública de ensino superior que faz parte da rede estadual de educação. Contamos com a participação de 24 alunos matriculados no 1º período, 16 alunos no 4º e 26 no 8º, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, totalizando-se 66 participantes. Utilizamos um questionário como instrumento, com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. Os dados coletados foram categorizados com as variáveis: gênero, idade, religião, período matriculado, renda e questões sobre gêneros e sexualidades. Nos resultados obtidos, analisamos as variáveis do instrumento relacionadas à autodeclaração da sexualidade, sendo possível perceber forte relação com o aspecto religioso. Assim, percebemos a existência de grandes desafios no âmbito educacional no que tange ao tema investigado, apontando a necessidade de diálogo acerca dos paradigmas construídos na universidade no tocante à inclusão de todos os indivíduos, para a realização de uma práxis mais democratizada na escola, pelos futuros professores.

Palavras-chave: sexualidade; professores; autodeclaração.

1 INTRODUÇÃO

Embora o Brasil possua importantes feitos relacionados ao acesso aos direitos de seus cidadãos, percebemos que a universidade enfrenta ainda muitos obstáculos quando se trata de

¹ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Doutoranda em Ciências da Educação; Escola Superior de Educação Almeida Garrett – Mestra em Educação Especialização em Administração Escolar; Faculdade Mario Schenberg – Especialista em Administração Escolar; Universidade Cândido Mendes – Especialista em Psicopedagogia; Universidade Estadual do Maranhão – Graduada em Pedagogia. E-mail: jdowlevi@gmail.com

oportunizar direitos educacionais pautados na democratização da (re)existência das diferentes conquistas, sobretudo quanto às questões de gêneros, religiões, sexualidades e outras.

Nesse sentido, Muntarhorn (2016) afirma que existem diversos desafios relacionados ao estereótipo e que as pessoas querem ser o que já são, mas, para isso, precisam enfrentar a discriminação. De acordo com o *Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano de 2013*, 36,4% da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e outras identidades (LGBT+) sofreram discriminação devido à sua orientação sexual (BRASIL, 2016).

Portanto, sendo a educação o resultado de uma prática social contínua, constituída e constituinte de relações sociais mais amplas, bem como, conforme a Constituição Federal de 1988, um direito inalienável do cidadão (BRASIL, 2021), ela deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, para atender às demandas da sociedade. Diante disso, considerando a importância do tema, cabe iniciarmos com uma breve reflexão histórica acerca da sexualidade.

2 UMA REFLEXÃO SOBRE A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA SEXUALIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE

Inicialmente, é importante falar que, para abordar as questões da sexualidade, buscamos referenciar tal discussão a partir de Foucault (1988). Apesar de não discorrer propriamente a respeito da história da sexualidade, mas dos fenômenos históricos relacionados à construção discursiva sobre a sexualidade e as relações de poder, o filósofo elucida que, no começo do século XVII, ainda era presente e comum a liberdade das práticas sexuais, uma vez que não se escondiam ou limitavam suas expressões, e as crianças vivenciavam esse momento sem sofrer qualquer tipo de desconforto.

Todavia, no final do mesmo século, conforme Foucault (1988), vivemos o período chamado Idade da Repressão, em que a sexualidade é posta ou escondida dentro de casa, no quarto e limitada à proposta da reprodução humana. Nesse período, parece que as crianças não têm sexo, pois são silenciadas e proibidas de falar a respeito disso. Quando se busca o prazer, a prática de sexualidade é conduzida para espaços clandestinos, onde a troca se estabelece por meio da prostituição, em que é possível ser livre nos gestos e nas falas por valores bem altos.

Ainda com a mesma referência teórica, notamos que, frente ao surgimento do problema chamado “população”, o século XVIII se apresenta como um período em que as questões sobre a sexualidade, como natalidade, fecundidade, estado de saúde e incidência de doenças, passam a ser vinculadas a aspectos da economia e da política, como fatores que pedem o controle do governo, tendo como ponto de discussão o sexo (FOUCAULT, 1988).

2.1 Sexo e desafios sobre seu entendimento

De acordo com Foucault (1988), no século XVIII, surge um emaranhado de questões sob a análise da conduta das práticas sexuais, pois tenta-se fazer do comportamento sexual dos casais um vínculo arraigado à economia e à política deliberada. Situa-se aí o tema da nossa discussão, quando se impõe a ocultação plena do sexo como algo a ser debatido, visto que tal assunto desaparece da linguagem das crianças e do diálogo entre os adultos. O mesmo ocorre no âmbito escolar, com os alunos e os professores, isto é, aos poucos o silêncio vai dominando esse período nas relações sociais da época.

Segundo Foucault (1988), os colégios do século XVIII, em virtude da disponibilidade da arquitetura e da regulamentação da disciplina, eram submetidos ao controle e à vigilância, a exemplo do horário do sono. Desse modo, desde a infância, a sexualidade se torna um tópico de difícil acesso, devido ao discurso interno no espaço escolar, que se refletia no ato de chamar atenção para o cumprimento das normas legitimadas pelos acordos institucionalizados dentro da escola.

O modo de falar sobre a sexualidade estava sendo limitado a um processo educativo, sob os auspícios médicos, e se tornando pedagogizado quando o professor formulava perguntas acerca do “mistério do sexo”, “do nascimento” e “da procriação”, fazendo com que os alunos respondessem, com ajuda de gravuras, sem dificuldade ou constrangimento, as questões que lhe eram feitas. Esse cenário mostra que, embora existisse um diálogo a respeito do sexo, essa fala era controlada e vigiada, não tendo, assim, a mesma espontaneidade que apresentava antes, como no começo do século XVII (FOUCAULT, 1988).

2.2 A sexualidade: um mergulho difuso dos prazeres

Já no século XIX, com o surgimento de novas abordagens envolvendo a sexualidade, aparece uma infinidade de demandas, o que, à luz de Foucault (1988, p. 38), é chamado de “idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidade, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das perversões”. De acordo com o autor, nesse período, emerge a heterogeneidade sexual, ou seja, múltiplas sexualidades com vínculos com: a idade, no caso da lactante ou da criança; os gostos; a sexualidade do invertido, do gerontófilo ou do fetichista.

Além disso, aparecem as sexualidades que são difusas na sua relação, tais como a de médico-paciente, pedagogo-aluno ou psiquiatra-louco, bem como as que estão nos chamados

“espaços definidos”, como a sexualidade do lar, da escola ou da prisão. Em todas está presente uma relação de poder que confere outra visão à sexualidade (FOUCAULT, 1988).

Ainda segundo Foucault (1988), é perceptível que, após tantas tentativas de controlar a sexualidade, restringindo-a ao sentido de reprodução humana e à orientação heterossexual e lhe definindo a idade adulta como o tempo de início legitimado pelo matrimônio, muitas barreiras foram rompidas ao longo do tempo. Esse rompimento se deu com o estabelecimento de novos acordos e a subversão do que foi codificado e normatizado como “certo” pelo tipo de sociedade majoritariamente burguesa, que tentou macular e eliminar a liberdade sexual.

Dessa forma, a partir de Foucault (1988), é importante considerar a sexualidade sob o prisma das elucubrações de natureza confusa e ilusória, pois o sexo é o reflexo do momento histórico da sexualidade. Por conseguinte, cada época tentou impor condições ao desejo e ao prazer, limitando o direito de ser de cada pessoa e desrespeitando a diversidade das relações.

Sendo assim, nos termos de Bozon (2004), nos deparamos com o desafio de sociologizar a sexualidade. Para o autor, a sexualidade do ponto de vista biológico perdeu sua mais genuína expressão à medida que foram incutidas regras ao agir sexual dentro do meio social. Como tal, a sexualidade transformou-se em um conjunto de ações organizadas pelos aspectos políticos, culturais e econômicos transmitidos de geração a geração.

Para Bozon (2004), no século XIX, o termo “sexualidade” apareceu como uma ruptura das construções dos fortes paradigmas religiosos que controlavam e ditavam o sexo. A respeito, correlacionando com o tempo em que o sexo não sofria repressão, Foucault (1988) mostra que, no século XVII, os atos sexuais ocorriam de forma livre e espontânea nas fontes, consideradas um lugar aberto, com a presença de várias pessoas, sendo um espaço público tanto das mulheres quanto dos homens, que eram ensinados por elas a conduzir o amor, também chamado de sexo.

Após esse recorte histórico sobre a liberdade sexual e depois da imposição das regras como controle da sexualidade, é oportuno indagarmos: onde está a revolução ou a subversão? Conforme Bozon (2004), notamos que, a partir de 1960, tem início a transformação e ruptura de padrões relacionados ao sexo, em virtude da massificação da educação e da participação da mulher no mercado de trabalho. Tais mudanças provocaram modificações nas relações sociais e, conseqüentemente, na percepção da sexualidade.

No século, como explica Bozon (2004), destacam-se as questões relativas à idade, haja vista que, no século XX, as pessoas passam a ter maior longevidade, como reflexo da melhoria da qualidade de vida e das condições socioeconômicas, o que favoreceu o desempenho sexual dos casais. No entanto, nos anos 1980, é importante considerar que, embora haja a inferência

de aceitação da homossexualidade e da bissexualidade, o preconceito e a discriminação ainda são visíveis nesse período.

Com isso, a população LGBT+ sofre um afastamento dos seus grupos sociais (família, escola, ambiente de trabalho e círculo de amigos), devido à dificuldade destes de entenderem a diversidade da sexualidade. Assim, ao mesmo tempo que ocorrem avanços no deslocamento de maiores expressões da sexualidade no século XX, também se atravessam muitos obstáculos, o que faz com que haja uma emancipação daqueles que não correspondem ao “normal”, ou seja, à heterossexualidade, levando-os a sair cedo do seio familiar e ingressar no mercado de trabalho para o seu autossustento (BOZON, 2004).

Segundo Bozon (2004), no território francês, entre 1985 e 1995, muitos casais LGBT+ começaram a aparecer em público, mas apenas os parceiros que moravam juntos, pois aqueles que não tinham par não falavam sobre seus desejos sexuais. Nessa construção do desejo e do prazer através do sexo, percebemos que, com a sexualidade sofrendo mudanças a cada época, o espaço para a exposição desse tema ganhou um maior alcance na literatura, na televisão, no cinema etc., gerando novos acordos do que pode, ou não, ser dito ou visto nessas mídias.

2.3 Gênero e construção dos papéis “certos”

Com a finalidade de reforçar a necessidade da construção de uma nova perspectiva que vá além do que já foi apresentado sobre o sexo e a sexualidade, buscamos apresentar, com base em Louro (1997), que as questões de gênero não significam negar os corpos sexuados, e sim constituir uma relação entre eles, seguindo os preceitos biologicamente orientados, mas com a valorização da construção social historicamente demarcada, estabelecendo-se uma forte ligação com as representações sociais que fazem parte do processo de atuação do sujeito.

Embora o termo “gênero” seja fruto dos movimentos feministas, vemos que Louro (1997) o aplica em uma dimensão mais abrangente para se referir às identidades dos sujeitos, empregando-o a homens e mulheres de modo diversificado. Para a autora, é preciso considerar que as questões de gênero, ou seja, os papéis estabelecidos na sociedade dão um parecer sobre o corpo biologicamente formado, impondo regras que determinam o que o homem e a mulher devem fazer em cada espaço social — no lar, na igreja, no trabalho e no convívio com amigos.

Dessa forma, a autora reforça o que Foucault (1988) diz sobre a sexualidade, entendida como uma criação social, estabelecida pelas construções dos papéis apresentados pelas regras que devem ser seguidas, sob o prejuízo de sofrer penalidades, por meio da discriminação e do

preconceito da sociedade, que legitima essas normas de acordo com os seus valores culturais, religiosos, econômicos e sociais.

Pensando na proposta de distinguir sexo e gênero, com base em Butler (2003), existe a perspectiva do sexo em uma concepção biológica, na qual parece ser irrevogável a ideia do determinismo orgânico, isto é, se o corpo nasce com genitália masculina será concebido como homem; do contrário, será mulher. Entretanto, mesmo esse aspecto apresenta variação, com a manifestação da interssexualidade, sobrepondo-se à tentativa do controle biológico, que tenta seguir somente a binaridade, o que novamente se desfaz do ponto de vista do gênero.

A perspectiva do gênero é construída culturalmente, não precisando obedecer ao corpo genitalizado, mas àquilo que o sujeito constrói independentemente do que foi biologicamente marcado. Para Butler (2003), o sexo pode ser um elemento ligado aos aspectos dos dados do cromossomo, da anatomia ou do hormônio, mas pode mergulhar no espaço das construções históricas, ultrapassando, assim, seus limites rumo a um outro espaço: o do gênero como uma percepção cultural do sexo.

Chegando perto de finalizar esse pensamento, sentimos a necessidade de elucidar a sociologia do corpo como elemento de discussão em torno das questões da sexualidade e do gênero construídas ao longo do tempo. Conforme Le Breton (2007), esses elementos também são vistos como produtos das condições históricas e sociais, o que confirma as perspectivas de Foucault (1988), Bozon (2004), Louro (1997) e Butler (2003).

Esse entendimento oportuniza atribuir um sentido ao corpo para além de uma acepção biológica, desconstruindo o seu papel anatômico e se deixando modificar conforme os papéis que são acordados ou estabelecidos entre si, porém de forma mais livre e menos condicionada. Para Le Breton (2007), a sociologia do corpo é um atributo que pertence ou está ligado ao imaginário social, fazendo com que o corpo seja percebido como uma ponte de relação com o próprio ser humano e com a sociedade em que se vive.

Essa percepção traz uma forte relação entre homem e corpo, demonstrando que não é possível separá-los, de modo que os valores — sexuais, raciais, étnicos, sociais e religiosos — antecipam a vontade, fazendo uma ligação natural com o coletivo ao qual pertence. Logo, ao mesmo tempo que denota um pertencimento social, o coletivo estabelece códigos que podem conduzir o homem no corpo socialmente criado (LE BRETON, 2007).

Todavia, há ainda outra percepção da sociologia do corpo, segundo Le Breton (2007), como instrumento capaz de ser isolado da pessoa humana em dimensões de maiores correlações físicas, culturais, sociais ou econômicas, que dizem respeito às classificações dirigidas ao tipo do corpo, como ditados pela fisionomia, mas também se vincula a uma classe, mesmo os seus

valores sendo mais específicos, e ao gênero. Então, o que seria o sexo quando pensado sob o ponto de vista do gênero?

Para Oliveira (2017, p. 102), o sexo é uma máscara que o gênero sempre utilizou, pois “o sexo sempre foi gênero”. Portanto, o que denominamos de sexo também é uma construção social que tem agido de acordo com as dominações ou relações de controle impostas ao homem pela sociedade, por um acordo ou concordância definida através de uma ordem caracterizada pela heteronormatividade, que ainda não permite a expressão variada do sexo como expressão do gênero do indivíduo no atual meio social.

3 METODOLOGIA

No estudo realizado, adotamos o modelo teórico-metodológico de natureza qualitativa e quantitativa, com apoio bibliográfico e documental e pesquisa de campo. Escolhemos de maneira aleatória uma instituição de ensino superior que ofertasse o curso de graduação em Licenciatura de Pedagogia no Brasil, especificamente na cidade de São Luís, Maranhão.

Dessa forma, tivemos como ponto de partida a dissertação de Mestrado em Educação intitulada *A função social da escola frente à discriminação e à promoção da igualdade dos alunos homossexuais*, apresentada na Escola Superior de Educação Almeida Garret em Lisboa, Portugal, em janeiro de 2015. Tal pesquisa objetivou perceber como se dava a inclusão de aluno(a)s homossexuais, reconhecendo que essa discussão ainda precisava ser aprofundada na perspectiva de que cabe à escola incluir o(a)s aluno(a)s em suas diversidades, mas investigando como se dá a formação de futuros professores na universidade pública.

O estudo está na etapa de elaboração do relatório de investigação do Doutorado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia em Lisboa, Portugal, com o título *Percepções sobre gênero e sexualidade na formação universitária de futuros professores*, tendo como objetivo geral entender como a universidade prepara o futuro professor para lidar com a diversidade concernente às questões de gêneros e sexualidades.

Entre os objetivos específicos, visa-se conhecer a elaboração de novos conceitos sobre as sexualidades a partir da perspectiva da construção histórico-social, além de verificar como se formam, no contexto de sala de aula, professores que respeitem a pluralidade dos desejos e o empoderamento das sexualidades.

Assim, a escrita deste artigo se justifica por ser um recorte do relatório de investigação que ainda será apresentado para qualificação neste ano corrente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, e que já foi apresentado na III Jornada Acadêmica dos Estudantes

de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, na forma de comunicação oral, no período de 21 de janeiro a 28 de fevereiro de 2019.

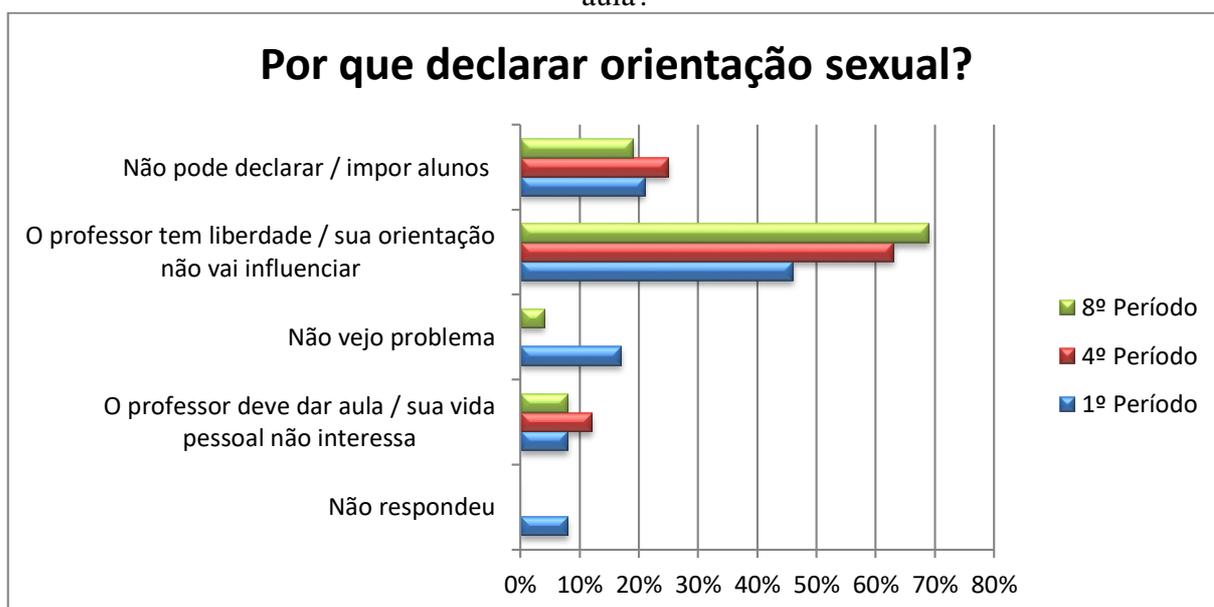
O objetivo deste artigo consiste, então, em perceber a importância da autodeclaração da sexualidade como instrumento de reflexão e inclusão das sexualidades e dos gêneros no espaço acadêmico. A coleta dos dados foi realizada nos meses de abril e maio do ano de 2018, em uma universidade pública de ensino superior que faz parte da rede estadual de educação, envolvendo 24 alunos matriculados no 1º período, 16 alunos no 4º período e 26 no 8º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia, totalizando 66 participantes.

Como instrumento, utilizamos um questionário com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha, que foi submetido na universidade. Por fim, categorizamos os dados coletados com as variáveis: gênero, idade, religião, período matriculado, renda e questões sobre gêneros e sexualidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O instrumento utilizado no relatório de investigação contém 23 questões com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha, mas apresentaremos apenas as respostas de uma das questões, na Figura 1, pois ela está em consonância com o foco deste artigo, sem, no entanto, desmerecer todo o relatório de investigação que ainda será qualificado.

Figura 1 – Você acha que o(a) professor(a) pode declarar sua orientação sexual em sala de aula?



Fonte: elaboração própria.

Na questão “Você acha que o(a) professor(a) pode declarar sua orientação sexual em sala de aula?”, notamos que 46% dos alunos(as) do 1º período responderam: o professor tem liberdade/sua orientação não vai influenciar; 21%: não pode declarar/impor aos alunos e 17%: não vejo problema em declarar. No 4º período, a maioria, 63%, respondeu: o professor tem liberdade/sua orientação não vai influenciar; 25%: não pode declarar/impor aos alunos; 12%: o professor deve dar aula/sua vida pessoal não interessa. Já no 8º período, 69% responderam: o professor tem liberdade/sua orientação não vai influenciar; 19%: não pode declarar/impor aos alunos; 8%: o professor deve dar aula/sua vida pessoal não interessa.

De acordo com a Figura 1, em relação ao período matriculado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, percebemos que 46% do 1º período, 63% do 4º período e 69% do 8º período responderam que “o professor tem liberdade/sua orientação não vai influenciar”. Tais dados remetem à Britzman (2010, p. 85), quando destaca que as questões envolvendo a sexualidade fazem surgir perguntas como: “Será que a sexualidade muda a maneira como a professora e o professor devem ensinar? Ou será que a sexualidade deveria ser ensinada exatamente da mesma forma que qualquer outra matéria?”.

Portanto, é um grande desafio relacionar as questões envolvendo a sexualidade com a docência, o que pode configurar o cerne da situação pesquisada: falar da diversidade sexual com professores e professoras no processo de sua formação acadêmica para que saibam lidar com o tema em sala de aula. Para tanto, reforçamos a necessidade de oferecer condições de discussão e diálogo sobre os gêneros e as sexualidades, visando à democratização dos direitos nos espaços educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, notamos a importância de trazer o tema da autodeclaração do docente para o espaço acadêmico, como instrumento facilitador da aprendizagem acerca dos gêneros e/ou das sexualidades dos discentes que se sentem excluídos. Essa abordagem também pode ser entendida como um meio de adesão ao universo LGBTQ+, propiciando discorrer sobre os significados de gênero e sexualidade. Cabe lembrar que, neste estudo, identificamos que a variável religião tem grande participação na elaboração dos conceitos pesquisados, o que nos levou a considerar a relevância do tema para a formação dos futuros professores.

REFERÊNCIAS

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório de violência homofóbica no Brasil**: ano 2013. Brasília: SDH/MMIRDH, 2016. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 83-113.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1988.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Tradução de Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MUNTARBHORN, Vitit. Novo especialista da ONU para direitos LGBT pede atuação global contra violência e discriminação. **ONU Brasil**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2016. Disponível em: <https://unicrio.org.br/novo-especialista-da-onu-para-direitos-lgbt-pede-atuacao-global-contra-violencia-e-discriminacao/>. Acesso em: 1 dez. 2016.

OLIVEIRA, João Manuel de. **Desobediência de gênero**. Salvador: Devires, 2017.